
Seção: Macroeconomia

As políticas de integração sul-americana e a cooperação financeira

*Elson Rodrigo de Souza-Santos**

Resumo: As políticas de integração regional se tornaram recorrentes nas últimas décadas, envolvendo a formação de blocos econômicos, acordos bilaterais, política de redução de assimetrias e integração econômica, institucional, produtiva, comercial e cooperação financeira. Este último item considerado importante ao fornecer linhas de crédito de longo prazo promover mudanças estruturais e promover o desenvolvimento conjunto, de curto prazo como forma de criar um “microssistema” de proteção frente as instabilidades globais e facilitação das transações econômicas com uso acordos monetários e cambiais. A partir deste movimento o artigo propõe uma sucinta visão a respeito dos avanços da cooperação financeira na América do Sul na última década, intimamente ligada com a política externa e de integração brasileira.

Palavras-chave: integração; cooperação financeira; estabilidade

Classificação JEL: F36; F55; F63.

* Mestre do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: elson129@gmail.com

1 Introdução

Nas últimas décadas, as discussões sobre cooperação financeira ganharam força como forma de promover a integração e estabilidade regional (Bichara e Cunha, 2005; Agostin e Heresi, 2011). Esta cooperação manifesta-se no longo prazo através da criação de instituições, fundos e bancos de desenvolvimento com linhas de crédito para investimentos que reduzam as assimetrias, promovam a integração física, produtiva e mercados. As ações de curto prazo buscam manter a estabilidade monetária e financeira frente ao cenário externo adverso por meio de fundos financeiros regionais, operações de *swaps*, acordos na gestão de reservas e contratos financeiros, bem como, facilitação das trocas usando moedas dos membros e redução da volatilidade cambial.

A partir desta perspectiva, o trabalho tem como objetivo explorar os avanços da cooperação financeira para América do Sul. Para isso enfatiza-se os benefícios e papel positivo da cooperação financeira na integração regional visualizados em aspectos prescritos na literatura (ver Deos e Wegner, 2011; Biancareli, 2008; Saez, 2008). Em paralelo, explora o papel brasileiro de liderança na integração continental e construção do desenvolvimento conjunto, garantindo mudanças estruturais de longo prazo com a estabilidade e facilitação transações econômicas no curto. Estes movimentos são visualizados em projetos mais avançados como da União Europeia e ASEAN + 3 (Japão, China e Coreia) que apesar das diferenças e dificuldades foram bem sucedidos na construção dos blocos regionais e cooperação financeira.

A organização do trabalho foi articulada em duas partes. A primeira levanta uma discussão geral a respeito da integração regional e cooperação financeira elencando os principais fundamentos. A segunda enfatiza para a América do Sul ao abordar as características regionais do modelo de integração e avanços recentes da cooperação financeira.

2 Instabilidade, Políticas de integração e cooperação financeira

No pós-1945, dois movimentos de cooperação financeira passaram a emergir. O primeiro da criação de instituições regionais e fundos para reconstrução e desenvolvimento. O segundo a partir dos anos 1970 de mecanismos de curto prazo para enfrentar instabilidades globais. Estes dois elementos convivem e se complementam contemporaneamente.

2.1 Ascensão da instabilidade e dificuldades dos países periféricos

A instabilidade passou a ser uma característica intrínseca da estrutura financeira e monetária global, acentuada pelo esgotamento do Sistema de Bretton

Woods baseado no padrão ouro-dólar e restrições na movimentação de capitais a partir dos anos 1960, colapsando entre 1971 e 1973. Deste cenário, emergiu uma espécie de “não sistema” em que as regras não são claras e inexiste um acordo explícito sobre governança monetária internacional (Cohen, 2008). Ao mesmo tempo em que o câmbio flutuante, a defesa da desregulamentação, liberalização e abertura dos mercados financeiros domésticos passaram a ser patrocinadas pelos países centrais, incorporadas no discurso e políticas de ajuste implantadas nos países periféricos utilizando-se do Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial (Helleiner, 1994).

Neste ambiente, a instabilidade é entendida como a maior probabilidade da ocorrência de crises derivadas da emergência da inflação do poder financeiro oriundo do novo regime de crescimento denominado de financeirização ou *finance-led*, liderado pelos norte-americanos. Assim, a maior liberdade reservada ao mercado financeiro é importante para fomentar alavancagens, o uso de inovações financeiras como derivativos e operações de *hedge*, elevar os canais de empréstimos para consumo e valorização financeira das firmas (Boyer, 2000; Lazonick, 2011). Este movimento foi transbordado da economia norte-americana, forçando a reestruturação das estruturas financeiras nacionais e regionais.

A partir dos anos 1980, as receitas de liberalização, desregulamentação e abertura dos mercados domésticos passaram a ser disseminadas através de um amplo deque de reformas pró-mercado, marcado pela reestruturação financeira em nome da maior eficiência, estabilidade de preços e externa. Em paralelo, as crises se tornaram relativamente comuns como da dívida externa latino-americana (década de 1980), Sistema de poupança e Empréstimos dos Estados Unidos (1989-1991), Bolha especulativa japonesa (década de 1990), Ataques especulativos ao Mecanismo de Taxa de Câmbio Europeu (1992-93), Mexicana (1994-95), Asiática (1997-98), Russa (1998), Brasil (1998-99), Argentina (1999-2002) e “Ponto Com” (1999-2000). Nos países centrais, especialmente Estados Unidos, os efeitos se mostravam limitados a setores e agentes diretamente envolvidos. As crises dos anos 1990 foram sucedidas por um período de prosperidade e crescimento, prevalente até a crise financeira internacional (2007-...), ocorrida na estrutura financeira norte-americana, trazendo à tona a defesa e discussões a respeito de uma nova estrutura regulatória nacional e internacional (Levine, 2012; Stiglitz, 2010).

Os países em desenvolvimento constituíam o elo mais frágil da articulação da estrutura financeira internacional por terem uma estrutura financeira, produtiva e institucional com dificuldades em absolver e limitar os efeitos das variações da liquidez internacional e ataques especulativos. Estes problemas são oriundos de não terem acesso pleno a própria moeda, traduzidas na impossibilidade de realizar transações internacionais em moeda nacional os forçando a acumular reservas em moeda estrangeira, conhecido na literatura como “*original sin*”. Em paralelo, os países em desenvolvimento carregam os problemas de obrigações em moeda estrangeira “*currency mismatches*” e dificuldade em manter elevados níveis de endividamento “*debt intolerance*”

(Eichengreen *et al.*, 2003). Em outra perspectiva, o sistema financeiro internacional não possui instrumentos para lidar com assimetria monetária e financeira, minimizando os efeitos deletérios sobre os elos mais frágeis do sistema que são os países em desenvolvimento (Prates, 2005).

2.2 Cooperação financeira

A cooperação financeira constitui parte do movimento de integração regional como forma de incentivar e acelerar o processo permitindo o desenvolvimento conjunto de longo e estabilidade no curto prazo. Para isso construindo acordos de intercâmbio, auxílio mútuos diversos nas esferas no intuito de elevar as trocas econômicas, promoção da integração das cadeias produtivas, mercados e coordenação das políticas econômicas. A cooperação financeira em si pode ser dividida em três níveis: i) facilitação dos pagamentos e financiamento de curto prazo; ii) suporte ao desenvolvimento; e iii) arranjos cambiais e uniões monetárias (UNCTAC, 2007).

O primeiro se refere a medidas de enfrentamento e suporte mútuo contra as variações da liquidez internacional e ataques especulativos, criando um “microssistema” contra as instabilidades globais (Mistry, 1999; Henning, 2009). Para isso são previstos compartilhamento de reservas cambiais, acordos cruzados de créditos recíprocos, *swaps* cambiais e caixas de compensação. Eventualmente, evoluindo para a criação de um Fundo Regional que coordene as ações de defesa, gerenciamento dos recursos de curto prazo e políticas econômicas dos países membros. Ao mesmo tempo em que se torna mais independente do Fundo Monetário Internacional – FMI e países centrais, proporcionando maior autonomia nas decisões e políticas de ajustes.

O segundo aborda o fornecimento de linhas de créditos e apoios financeiros diversos de longo prazo, visando a redução das assimetrias estruturais, fortalecimento da infraestrutura e interligação entre os países. Importante ao fomentar o intercâmbio comercial, integração das cadeias produtivas e convergências estruturais. Em parte, seguindo a lógica de bancos de desenvolvimento ao financiar projetos não interessantes ou viáveis sobre a ótica dos agentes privados, mas essenciais para desenvolvimento (Aghion, 1999). Assim, dando suporte aos membros mais frágeis e que não atingiram a capacidade de financiar o próprio desenvolvimento, bem como empreendimentos de interesse mútuo para a região.

O terceiro abrange as discussões a respeito da coordenação das políticas econômicas, mecanismos de redução das variações cambiais e pode caminhar para uma moeda única. O objetivo está em fornecer maior estabilidade e complementariedade das políticas econômicas e cambiais, evitando os conflitos e a descoordenação como deletérias ao sucesso da integração regional. O exemplo de coordenação é a União Europeia materializada na construção do mecanismo de taxas de câmbio (MTC) em 1972, seguido do sistema monetário europeu em 1979 e, finalmente, o advento do euro em 1999. Para isso construi-se arranjos

institucionais e reestruturais como formação de um mercado financeiro comum, banco central europeu e regras fiscais comuns com profundos efeitos nos países membros, justificado como forma de cimentar e acelerar o processo de integração. Entretanto, as condições institucionais e política para um processo semelhante em outras regiões é dificultosa, levando a esfera da coordenação das políticas macroeconômicas e cambial como ocorre na ASEAN+3 em que se mantém a maior liberdade de ação dos membros.

A interação dos três aspectos da cooperação financeira é importante e complementar para construção da integração regional ao atacarem aspectos diferentes do mesmo problema (Ocampo, 2006). Assim, o reforço da institucionalidade financeira regional persegue os objetivos: i) auxílio aos países membros frente a crises externas e qualidade das políticas macroeconômicas; ii) maior estabilidade nas trocas; iii) proteger o comércio e investidores estrangeiros em meio a crise global; iv) coordenação das políticas macroeconômicas visando menor vulnerabilidade e aumento das trocas bilaterais; e v) promover o intercâmbio de informações sobre temas vitais de estabilidade financeira internacional, regulações prudenciais e fluxos financeiros (Agostin, 2001). Frequentemente, a ideia de cooperação financeira acaba se baseando no curto prazo para enfrentamento de dificuldades externas, especialmente em países em desenvolvimento, mas na verdade envolvem a construção de instituições de longo prazo para mudança estruturais.

3 Integração sul-americana e cooperação financeira

No meio do século passado, Raul Prebisch (1959), um dos propulsores do pensamento cepalino, publicou o artigo “*El mercado común latinoamericano*” em que defendia a necessidade de integração do continente como forma de acelerar o processo de substituição de importações, industrialização e desenvolvimento, formando uma dinâmica local que se livrasse da dependência dos países centrais. Nos anos seguintes, a política cepalina se dedicou a fomentar instituições e fundos para mudanças estruturais e integração regional (ver as iniciativas regionais tais como Fonplata fundado em 1970, CAF em 1968 e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID em 1959). Entretanto, os avanços foram tímidos na criação da interligação regional, prejudicado pela política de desenvolvimento compartmentalizada e pouca importância dada aos vizinhos do continente. Adicionalmente, a instabilidade econômica e política, também constituíram um entrave a criação de instituições de cooperação financeira de curto prazo e coordenação monetária.

A reestruturação e reformas pró-mercados adotadas pela região nos anos 1990s, abriram margem para a construção do chamado “regionalismo aberto” quebrando a visão anterior, marcado pela proliferação da abertura dos mercados nacionais e acordos de bilaterais de liberalização. Assim, até o ano de 2007 conviviam na América do Sul onze acordos de livre comércio, traduzidas em 45 relações bilaterais e 90 cronogramas de liberalização tarifária. Estes Acordos

ocorreram no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI fundada em 1980 e integração entre os dois principais blocos de comércio da região: Mercosul e Comunidade Andina de Nações – CAN. Na última década, a região passou a viver o momento pós-liberal em que as políticas de integração encontram o misto de cunho “desenvolvimentista” incompatíveis com os acordos de livre comércio em relação a uma agenda antiliberal de formação de blocos de países ideologicamente alinhados (Veiga e Rios, 2007).

O Brasil teve como grande salto para integrar a cooperação regional na pauta do desenvolvimento nacional a formação do Mercosul em conjunto com Argentina, Paraguai e Uruguai. Ao longo do percurso incorporando como Estados associados Bolívia (1996), Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2004) e Equador (2004), e novo membro Venezuela (2012). Inicialmente, o Tratado de Assunção (1991) que traçava os fundamentos do bloco, possuía uma proposta de formação do mercado comum incluindo a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, padronização dos dados e legislações, coordenação das políticas macroeconômicas e cambiais, uma tarifa externa comum e, no futuro, a criação de uma moeda única.

Entretanto, as dificuldades da aplicação destes fundamentos levaram a uma união aduaneira, restringindo a liberalização de mercados e postergando as reformas e medidas para a criação do mercado único. Influenciado pelas dificuldades referentes as reformas pró-mercado, políticas de estabilização e dificuldades externas nos 1990s, obscurecidas pela bonança global e ausência de crises na primeira metade da década de 2000. Assim, o Mercosul acabou por ser elementarmente um acordo de liberalização comercial que falha ao não conseguir ampliar a discussão e construir a cooperação produtiva, investimentos diretos cruzados, redução das assimetrias das estruturas econômicas e financeiras. Levando a tensões entre os membros, especialmente sobre as vantagens competitivas brasileiras como sendo o país mais estruturado industrial, financeira e institucionalmente do bloco.

Por outro lado, durante o mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Brasil trouxe de volta o papel de importância a integração sul-americana como parte da política externa e desenvolvimento. Estes condensados na criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) em 2004, renomeada como União das Nações Sul-Americanas - Unasul em 2008 como órgão mediador contendo diversos conselhos setoriais para organização a integração, a Agenda Consensuada (2005-2010) para integração da infraestrutura regional, (Itamaray, 2012). Em paralelo, fortalecendo a ALADI, Mercosul e incentivando maiores trocas comerciais no continente.

Estas iniciativas buscam dar um novo folego ao projeto de integração regional ao criar uma nova e ampla esfera de discussões e ações de fato. Ao mesmo tempo em que complementa a formação de blocos regionais, em especial Mercosul e CNA. Incluindo, recentemente o projeto da área de livre comércio Aliança do Pacífico, formada em 2012 e tendo como membros Chile, Colômbia, México e Peru, visando se integrar ao comércio do círculo do Pacífico envolvendo o Sudeste Asiático e Estados Unidos. Dessa forma, fornecendo impulsos

para redução das assimetrias e integração físicas dos mercados regionais, constituindo incentivos cruzados entre países e blocos de comércio encarados como importantes para benefícios nacionais e inserção internacional.

3.1 Recursos de longo prazo para desenvolvimento

O aspecto com maior evolução e ênfase na cooperação financeira sul-americana se encontra no fornecimento de recursos para redução das assimetrias e interligações físicas, enfatizando obras de infraestrutura com destaque aos fundos regionais e bancos de desenvolvimento (ver tabela 1). Os motivos da importância e ênfase a esse tipo cooperação se encontram em três aspectos. O primeiro de que os países da região são carentes em estruturas financeiras que deem suporte a investimentos produtivos e obras de infraestrutura. O segundo a dificuldade em conseguir recursos no mercado internacional privado devido a fragilidade institucional, econômica e custos elevados. O terceiro e último que são formas de alavancar o desenvolvimento nacional e facilitar a integração das estruturas produtivas e mercados.

Tabela 1 - Instituições para financiamento de longo prazo regional na América do Sul

	Origens	Objetivos
Fundos e Acordos		
Focem	O Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do MERCOSUL (FOCEM)	Promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social
Fonplata	Em vigor desde 1970 e formado por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.	Promover e identificar áreas de interesses comuns e realização de estudos, programas, obras e formulação de entendimentos operacionais e jurídicos.
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana - IIRSA foi fundada em 2000 abrangendo os 12 países da Unasul	Promover a integração da infraestrutura dos países sul-americanos estabelecendo 10 eixos de ação e 31 projetos prioritários para serem realizados no plano de 2005 a 2010.
Bancos de desenvolvimento		
CAF	O Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF criado em 1970. Composto por 18 países da América Latina, Caribe e Europa.	Promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional.
BID	O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi fundado em 1959. Formado por países da América Latina e Estados Unidos.	Promove projetos que visam eliminar a pobreza, a desigualdade e promover o crescimento econômico sustentável.

	Origens	Objetivos
BNDES	O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi fundado em 1952 no Brasil.	Promove as linhas de financiamento de longo prazo para o desenvolvimento produtivo, industrial e social do Brasil e países parceiros.

Fonte: dados disponibilizados pelas instituições e tabela construída pelo autor.

Estes fundos e bancos buscam desempenhar um papel semelhante aos construídos em outras regiões que promoveram a integração regional. Devido a convergência estrutural constituir uma necessidade da integração se tornar benéfica para todos os membros reduzindo as discrepâncias e fortalecimento de um único país. Ao mesmo tempo estes bancos e fundos alavancam o desenvolvimento social e econômico da região como um todo contribuindo para estabilização institucional e econômica. Os exemplos de programas semelhantes são dados pela União Europeia em que os Fundos Estruturais e Coesão destinaram 348 bilhões de euros no período de 2007-2013 (Europa, 2012).

3.2 Recursos de curto prazo e cooperação monetária

Ao longo da história de cooperação financeira sul-americana as preocupações de curto prazo a respeito da oferta de recursos para enfrentamento de crises e os acordos monetários foram relegados ao segundo plano. A justificativa se encontra na existência de elevada compartmentalização dos modelos de desenvolvimento, assimetria entre as economias da região e tendência crônica a estrangulamentos externos e crises de endividamento. Portanto, os focos defendidos pela Cepal até os anos 1990 no regionalismo aberto e acordos atuais estão na obtenção de recursos de longo prazo para mudanças estruturais e integração física.

Entretanto, Biancarelli (2008) ressalta duas iniciativas. A primeira constituída pelo Convênio de Pagamentos e Crédito Recíproco (CCR) que começou a funcionar em 1966 e ganhou força a partir de 1982 com o suporte da ALADI, agregando Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela e República Dominicana. A base do acordo era que no período de quatro meses, as operações comerciais entre os países-membros se realizavam sem a utilização de moeda estrangeira, compensando-se por meio de créditos recíprocos entre eles, com a garantia dos bancos centrais e a efetivação dos pagamentos entre importador e exportador por parte de bancos comerciais. Este arranjo era relevante nos anos 1980s devido a escassez de dólares na região em meio à crise da dívida externa. Na década seguinte perdeu importância devido a resistência dos países em eliminar moedas conversíveis do comércio regional justificado pelo risco implícito das operações.

A segunda se encontra no Fundo Latino-americano de Reservas (FLAR), fundado em 1978 originalmente com o nome Fundo de reservas Andino. Os membros incluíam Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. O diferencial deste fundo é exaltar a possibilidade de

compartilhamento de reservas para enfrentar a instabilidade internacional e auxiliar os membros em dificuldades.

A FLAR possui como marco na cooperação financeira de curto prazo na América do Sul significar a tentativa de construção de um guarda-chuva de proteção contra as instabilidades globais, sendo um estágio antecessor e auxiliar do FMI no enfrentamento das crises. Porém possui como deficiências abranger um pequeno número de países e a falta de escala para promover intervenções, excluindo a maior economia e portador de reservas da região: o Brasil. Assim, recentemente começaram a pairar ideias a respeito da ampliação e construção de um Fundo Latino-Americano expostas na última reunião Unasul realizada 2012, em Buenos Aires, como forma de fortalecer o Fundo com o suporte de US\$ 570 bilhões das reservas dos países da Unasul.

Esta visão é evidenciada no discurso e justificativas dos Ministros da Fazenda argentino, Amado Boudou, e brasileiro, Guido Mantega, colhido durante a cúpula de Buenos Aires pela Agência Estado (2011). Segundo Boudou “a criação de um fundo é importante, mas o principal é a integração dos países. A chave é a integração produtiva dos países”. Enquanto Mantega “Nós temos hoje uma situação privilegiada em relação a eles e, portanto, temos de estreitar nossos laços e aproveitar melhor os nossos mercados”. Os argumentos possuem como base contribuições teóricas como de Agostin e Heresi (2011) que consideram a construção de um Fundo regional essencial para a cooperação regional, estabilidade e estreitamento da integração e coordenação das políticas macroeconômicas e cambiais.

Em paralelo, a construção do Fundo Latino-Americano corrobora o movimento de foco na cooperação financeira na construção de um microssistema de defesa contra a instabilidade global. Em seguida, abrindo o caminho para a cooperação monetária com a criação e fortalecimento de acordos que deixem de lado as moedas estrangeiras, especialmente o dólar, nas transações econômicas regionais. Incluindo neste contexto a renovação ou reforma do CCR e construção de acordos como do Sistema de Pagamentos em Moeda Local – SML firmados entre Brasil e Argentina em 2008. Considerando a possibilidade de vir a ser obrigatório como forma de forçar a integração financeira.

4 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo mostrar os movimentos da cooperação financeira como forma de dar suporte as políticas de integração regional e desenvolvimento. Isso envolve a construção de acordos e instituições para financiamento de longo prazo visando mudanças estruturais na economia com a redução das assimetrias e integração física. De curto prazo através do compartilhamento de reservas, coordenação das políticas econômicas, operações financeiras cruzadas com objetivo de criar um “microssistema” de estabilidade, proteção e trocas regionais sem o uso de moedas externas. Para o sucesso da integração regional e cooperação financeira se tornam fundamentais a

complementariedade e integração destes dois movimentos.

Na América do Sul, a falta de estrutura produtiva, financeira, assimetrias e falta de infraestrutura comum no continente levaram as políticas de cooperação financeira focaram no fornecimento de fundos de longo prazo. Nas conversações atuais ganham grande ênfase as políticas de integração incorporadas no IIRSA, FOCEM e incentivos do BNDES e governo brasileiro a investimentos e operações de empresas nacionais nos países vizinhos. Enquanto as iniciativas de fundos de curto prazo e facilitação das trocas econômicas esbarram na falta de integração e maturidade econômica e institucional dos países do continente, sendo relegado a segundo plano. Entretanto, as iniciativas como SML e criação de um fundo monetário regional avançam de forma lenta, mas demonstram ser uma possibilidade e necessidade futura.

Referências

- Agência Estado. (2011). *Mantega discute fundo da Unasul para enfrentar turbulências*. URL [on-line]: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,mantega-discute-fundo-da-unasul-para-enfrentar-turbulencias,79955,0.htm>. Acesso em: 21 dezembro de 2012.
- Aghion, Beatriz Armedáriz. (1999). “Developing banking”. *Journal of Development Economics*, Vol. 58, p. 83-100.
- Agostin, Manuel R. (2001). “Fortalecimiento de la cooperación financiera regional”. *Revista de la CEPAL* n. 73, p. 33-53.
- Agosin, Manuel R.; Heresi, Rodrigo. (2011). *Hacia um fondo monetario latino-americano*. Papers and Proceedings, março. URL [on-line]: https://www.flar.net/.../2837_Paper_and_proceedings_Agosin.pdf. Acesso em: 30 junho de 2012.
- Biancareli, André Martins. (2008). “Inserção externa e financiamento: notas sobre padrões regionais e iniciativas para integração na América do Sul”. *Cadernos do Desenvolvimento*, Vol.3, n. 5, p. 127-177.
- Bichara, Julimar da Silva; Cunha, André Moreira. (2005). “Integração monetária e financeira em regiões emergentes: a experiência recente do Pacífico Asiático pode servir de inspiração para o mercosul?” *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 14, n. 2 (25), p. 235-262.
- Boyer, Robert. (2000). “Is a Finance-led Growth Regime a Viable Alternative to Fordism? A Preliminary Analysis”. *Economy and Society*, Vol. 29, n. 1, p. 111-145.
- Cohen, Benjamin. (2008). *Global monetary governance*. Nova York: Routledge
- Deos, Simone da Silva; Wegner, Rubia Cristina. (2011). “A importância de instituições financeiras regionais para o fortalecimento da integração econômica entre os países do Mercosul”. *Análise Econômica*, Porto Alegre, n. 56, p. 61-84.
- Eichengreen, Barry; Hausmann, Ricardo; Panizza, Ugo. (2003). *Currency Mismatches, Debt Intolerance and Original Sin: Why They Are Not the*

- Same and Why it Matters.* NBER Working Paper n. 10036. URL [on-line]: <http://www.nber.org/papers/w10036.pdf>. Acesso em: 21 dezembro de 2012.
- Europa. (2012). *Fundos Estruturais e Fundo de Coesão*. URL [on-line]: http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/structural_cohesion_fund_pt.htm. Acesso em 15 janeiro.
- Helleiner, Eric. (1994). *States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca e Londres: Cornell University.
- Henning, C. Randall. (2009). *The future of the Chiang Mai initiative: an asian monetary fund?*. Policy brief n. PB09-5, Peterson Institute for International Economics. URL [on-line]: <http://jfcdcmi.piie.com/publications/pb/pb09-5.pdf>. Acesso em: 13 junho de 2012.
- Itamaraty. (2012). *América do Sul. Integração Sul – americana*. URL [on-line]: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.3-america-do-sul-integracao-sul-americana>
- Lazonick, Williams. (2011). *From Innovation to financialization: how shareholder value ideology is destroying the US Economy*. URL [on-line]: <http://www.theairnet.org/files/research/lazonick/Lazonick%20Innovation%20Financialization%2020110616.pdf> Acesso em: 25 outubro de 2012.
- Levine, Ross. (2012). “The governance of financial regulation: reform lessons from the recent crisis”. *International Review of Finance*. Vol. 12, n. 1, p. 39–56.
- Mistry, Percy S. (1999). “Coping with financial crisis: are regional arrangements the missing link”. In: *UNCTAD, International Monetary and Financial Issues for the 1990s*, vol. 10.
- Ocampo, José Antonio. (2006). “La cooperación financiera regional: experiencias y desafíos”. In: OCAMPO, José Antonio (Org). *Cooperación financiera regional*. Santiago: Livros da CEPAL, Capítulo 1, p. 13-55.
- Prates Daniela Magalhães. (2005). “As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional”. *Revista de Economia Contemporânea*, 9(2), p. 263-288.
- Prebisch, Raul. (1959). “El mercado común latinoamericano”. In: GURRIERI, A. *La obra de Prebisch en la CEPAL*. Fondo de Cultura Económico.
- Sáez, Sebastián. (2008). “La integración en busca de un modelo: los problemas de convergencia en América Latina y el Caribe”. *Cepal, División de Comercio Internacional e Integración, Serie Comercio Internacional*, n. 88. URL [on-line]: http://www.eclac.org/comercio/publicaciones/xml/0/33950/Serie_88_modelo_integraci%C3%B3n_convergencia_latinoamerica_caribe.pdf. Acesso em: 17 julho. 2012.
- Stiglitz, Joseph. (2010). “Regulation and failure”. In: MOSS, D.; CISTERINO, J. (Orgs). *New Perspectives on Regulation*. Cambridge, MA; The Tobin Project, p. 11-23.
- UNCTAD. (2007). “Trade and Development Report – 2007”. In: *United Nations Conference on Trade and Development*, Genebra.